

SINGULARIDADES, CONTRADIÇÕES E DESAFIOS DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOB A PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Leandra Dias Pinto Martins (Administradora), e-mail: leandra_martins@yahoo.com.br

Associação Goiana de Administração / Comitê Científico / Goiânia/GO.

837

Resumo:

Desde o seu estabelecimento formal em 1965, a pós-graduação brasileira tem demonstrado ser um modelo único, tanto na forma de avaliação dos cursos, quanto no processo de fomento público ao ensino e à pesquisa. Apesar de suas singularidades, contradições e desafios, ao longo de sua trajetória histórica no Brasil, a pós-graduação vem se consolidando como nível de ensino capaz de atrelar a formação acadêmica de alto padrão com o avanço da tecnologia, da pesquisa e da inovação. Através de uma pesquisa bibliográfica, serão apresentados os acontecimentos que marcaram a pós-graduação no Brasil, desde sua criação formal até o atual momento, sinalizado por grandes desafios. Este trabalho permitirá que pesquisadores, docentes, discentes, profissionais e gestores compreendam o atual contexto da pós-graduação brasileira.

www.conad.adm.br

  @conad.adm

REALIZAÇÃO:



Palavras-Chave:

Pós-Graduação brasileira, agências públicas de fomento, Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG).

1. A instauração formal da pós-graduação brasileira

O principal marco regulatório da pós-graduação no Brasil foi o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 977/65 (BRASIL, 1965), conhecido como *Parecer Sucupira* (em homenagem a seu relator Newton Sucupira), que definiu o formato básico para esse novo nível de ensino.

Dos Santos e de Azevedo (2009) esclarecem que antes do início da vigência do Parecer Sucupira (03 de dezembro de 1965), já havia alguns cursos de pós-graduação em

funcionamento (11 de doutorado e 27 de mestrado), porém sem definição clara de seus objetivos e finalidades, sem regulamentação e sem estrutura certa.

Ramalho e Madeira (2005) reforçam a importância do contexto econômico, político e social da década de 60 para a criação e fortalecimento da pós-graduação brasileira:

“O desenvolvimento da pós-graduação em educação, como nas demais áreas, vai acontecer no contexto do projeto de modernização conservadora, capitaneado, nas suas origens, pelo regime militar, cujas metas, definidas nos planos de desenvolvimento nacional implantados no pós-1964, apontam para a formação de recursos humanos qualificados para todos os níveis de ensino, a preparação de pesquisadores de alto nível e a capacitação avançada de profissionais (RAMALHO E MADEIRA, 2005, p. 71).”

Na década de 60, além do Parecer Sucupira, houve também outro marco legal, que foi a reforma de 1968. Segundo Balbachevsky (2005), tal reforma trouxe mudanças drásticas ao ensino superior, e no caso da pós-graduação impôs o sistema de créditos, definiu o número mínimo de disciplinas que deveriam ser cursadas pelos alunos de Mestrado/Doutorado, além da obrigatoriedade de uma defesa diante de uma banca de docentes para titulação no curso.

Nas décadas de 60 e 70 houve um esforço significativo dos mais diversos segmentos para que a pós-graduação se legalizasse, se institucionalizasse e se organizasse, para que tivesse condições de crescer e se expandir nas próximas décadas, conforme apresenta Colombo (2014):

“Foi nesse contexto que o sistema de pós-graduação se desenvolveu, tornando-se o mais abrangente da América Latina, além de qualificar nossos mestres e doutores com padrões de excelência. Muitas universidades brasileiras, particularmente as públicas, alcançaram padrões internacionais de qualidade, tornando-nos referência entre os países em desenvolvimento na área de pesquisa e pós-graduação, graças a uma política de Estado sólida via agências de fomento à pesquisa, como CAPES e CNPq, ao longo de várias décadas (COLOMBO, 2014, p. 39-40).”

Leher (2007) argumenta que a pós-graduação brasileira foi instaurada em meio a um processo de tensões e contradições, num âmbito de conquista de autonomia e modernização das universidades, devido a uma série de medidas, tais como a concessão de recursos à pesquisa por agências de fomento.

Martins (2003) já abordava o árduo trabalho dos mais diversos segmentos para que fosse dado início à pós-graduação no Brasil como nível de ensino, quando afirma que a pós-graduação foi '*resultado de longa e tortuosa luta*' e que '*sua construção derivou de um complexo empreendimento coletivo*' (p. 295).

De acordo com Monteiro (2004), a oferta de cursos de pós-graduação passou por um processo de grande crescimento nas últimas décadas. Em 1969, haviam 115 cursos de pós-graduação registrados pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), tendo essa quantidade aumentado para 645 em 1974 e, posteriormente, 1700 cursos em 2003.

Cury (2004) contrasta a quantidade de alunos de pós-graduação na década de 1960 e na década de 1990, afirmando que no final dos anos 1960 havia 2 mil estudantes, contra 3 mil doutores e 10 mil mestres em 1996. Atrelado a isso, Dantas (2004) apresenta que, acompanhando o crescimento da oferta de cursos de pós-graduação, houve também maior investimento nos Programas de Pós-Graduação na forma de concessão de bolsas:

“Só a Capes investiu quase R\$ 450 milhões em 2003 (81% do orçamento total) para pagamento de bolsas, num universo de 1.752 programas e 106 mil estudantes. As instituições públicas, mantidas com dinheiro dos cidadãos, constituem a principal fonte de geração de conhecimento no Brasil, sendo que 90% dos melhores programas de pós-graduação estão sob sua responsabilidade e apresentam os melhores desempenhos na avaliação da pós-graduação. Em 2003 foram produzidas, no País, 25.979 dissertações de mestrado e 8.094 teses de doutorado (DANTAS, 2004, p. 162).”

Segundo Dos Santos e De Azevedo (2009), o ano de 1974 teve extrema importância para a pós-graduação no Brasil, devido à instituição do Conselho Nacional de Pós-Graduação (responsável pela formulação e execução da política de pós-graduação) e à formalização do I

PNPG (Plano Nacional de Pós-Graduação). Abaixo segue quadro resumindo as principais informações relativas aos 5 primeiros Planos Nacionais de Pós-Graduação:

Quadro 1 - Resumo dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG's)

	Período do PNPG	Contexto	Principais objetivos
I PNPG	1975 a 1980	Expansão, regulamentação e construção de uma política sistemática de suporte à pós-graduação	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação dos docentes das universidades; - Integração da pós-graduação ao sistema universitário; - Preocupação com as ciências básicas e com as disparidades regionais;
II PNPG	1982 a 1985	Crise econômica e escassez de recursos devido a grande	<ul style="list-style-type: none"> - Racionalização dos investimentos; - Reforço de mecanismos de acompanhamento e

		recessão entre 1980 e 1984	avaliação dos programas
III PNPG	1986 a 1989	Primeiro governo civil / "Nova República"	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de estreitamento de relações entre a universidade, a pós-graduação e o setor produtivo; - Os cursos de pós-graduação deveriam se tornar "centros" de pesquisa e de formação de docentes/pesquisadores; - Comitês e órgãos de decisão das agências de fomento precisavam de mais mecanismos para participação da comunidade científica
IV PNPG (Não formalizado)	1994-2002	Dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC)	<ul style="list-style-type: none"> - Tendência de diminuição das responsabilidades da União; - Necessidade de autonomia, responsabilização e flexibilização das universidades; - As universidades deveriam realizar a gestão de seus programas de pós-graduação;
V PNPG	2005 a 2010	1º e 2º mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de redefinir os recursos e a organização orçamentária para a pós-graduação; - Foco nas assimetrias regionais

Fonte: Elaborado pela autora com base em Dos Santos e De Azevedo (2009)

No próximo tópico, veremos como o período do I PNPG foi marcado pela instituição de um sistema de avaliação dos cursos de pós-graduação pela CAPES. 

2. O período do 1º Plano Nacional de Pós-Graduação (I PNPG) – De 1975 a 1980

Kuenzer e Moraes (2005) afirmam que o sistema de acompanhamento e avaliação da pós-graduação no Brasil teve início pelo 1º Programa Nacional de Pós-Graduação (I PNPG), o qual vigorou de 1975 a 1979, que permitiu que a pós-graduação fosse integrada ao sistema universitário, e passou a demonstrar que o crescimento deste nível de ensino somente seria concretizado mediante políticas fomentadoras governamentais.

Para Balbachevsky (2005), o sistema de avaliação firmado pela CAPES na década de 1970, o qual é baseado no julgamento por pares, além de definir padrões de qualidade aos

Programas de Pós-Graduação, permitiu atrelar a avaliação recebida pelo Programa de Pós-Graduação ao apoio concedido pela CAPES:

“O processo de avaliação levado a cabo pela Capes foi aceito como a mais importantes referência de qualidade para os programas de pós-graduação no Brasil. A avaliação da Capes permitiu que se criasse uma clara conexão entre desempenho e sucesso: quanto melhor a avaliação alcançada pelo programa, maiores eram suas chances e as de seus pesquisadores de alcançar apoio, tanto em bolsas de estudo como em recursos para pesquisa e infraestrutura (BALBACHEVSKY, 2005, p. 282 e 283).”

Cury (2004), apresenta a grande importância do sistema de avaliação e da concessão de bolsas para o reconhecimento e qualidade da pós-graduação brasileira:

“Sobressai-se, nesse caso, a sistemática de coleta de informações e a avaliação de desempenho dos docentes, dos cursos (por áreas e subáreas de conhecimento) e das instituições por meio de atuação dos pares. Tal política pública propiciou uma realidade bem-sucedida logo convertida em verdadeiro sistema com um reconhecimento nacional e internacional de sua qualidade (CURY, 2004, p. 780).”

É importante ressaltar algumas disfunções e contradições da pós-graduação no Brasil, apresentada por alguns autores. Entre eles, destaca-se Santos (2003) que apresenta as contradições e disfunções da pós-graduação no Brasil: a) para a elaboração do Parecer Sucupira, foi utilizado o modelo de pós-graduação norte-americano para que fossem projetados os moldes da pós-graduação brasileira, sob a alegação de que o sistema norte-americano, além de influenciar outros países, já estaria consolidado devido à sua trajetória de longa data e teria atingido elevados padrões. b) para a formatação do sistema de avaliação dos programas de pós-graduação, adotou-se o modelo europeu, o qual é extremamente exigente e rígido. Observa-se assim, uma incoerência, uma vez que se utiliza dois modelos diferentes (americano e europeu) para um mesmo processo de avaliação.

Ainda de acordo com Santos (2003), a incompatibilidade entre os moldes estruturais da pós-graduação (modelo norte-americano) e o sistema de avaliação dos programas (modelo europeu) causa diversos problemas, tais como: mestrados altamente exigentes ("pequenos doutorados"); alta evasão; tempo médio de titulação elevado.

No I PNPG (1975-1980), Ramalho e Madeira (2005) afirmam que houve uma grande criação e expansão dos cursos de Mestrado/Doutorado, e pela instituição do sistema de avaliação dos Programas de Pós-Graduação:

“O 1º Plano Nacional de Pós-Graduação (1º PNPG), para o período 1975-1980, foi implantado com abundantes recursos governamentais em relação à demanda relativamente reduzida. Dir-se-ia que nem foi possível aproveitar como se deveria as verbas disponíveis, pela falta de capacidade instalada...no que diz respeito à concretização das metas do 1º PNPG, podem ser apontados como resultados fundamentais a implementação de medidas de expansão dos cursos de mestrado e doutorado, particularmente medidas voltadas para a qualificação dos docentes do ensino superior, e o estabelecimento do sistema de avaliação (RAMALHO E MADEIRA, 2005, p. 73).”

A respeito do sistema de avaliação dos programas de pós-graduação, Castro e Soares (1983) afirmam que desde 1977 já eram realizadas avaliações dos cursos de Mestrado e Doutorado por parte da CAPES. No entanto, naquele período, somente eram publicados os resultados dos cursos que recebiam nota máxima (conceito A). Então, em 1982, o jornal *O Estado de São Paulo* divulgou a listagem dos cursos que tiveram a pior nota (conceito E) durante a avaliação realizada entre julho de 1981 e junho de 1982, o que causou grande repercussão na imprensa e no meio acadêmico, impulsionando intensa discussão a respeito do sistema de avaliação da CAPES. A partir de então, para concessão de recursos, a CAPES passou a utilizar, além do conceito obtido na avaliação, o compromisso da universidade no estabelecimento de uma política para seus cursos de pós-graduação.

A seguir, veremos que no II PNPG, um dos objetivos era a estabilidade financeira à pós-graduação, no intuito de evitar que a crise econômica ocasionasse o encerramento das atividades dos cursos de Mestrado e Doutorado.

3. O período do 2º Plano Nacional de Pós-Graduação (II PNPG) – De 1982 a 1985

Durante a década de 1980, período de grande recessão econômica, foi elaborado e oficializado o II PNPG. Hostins (2006) afirma que com a extinção do Conselho Nacional de Pós-Graduação em 1981, coube à CAPES a formulação do 2º PNPG (1982 - 1985), o qual foi marcado pelos seguintes objetivos: continuidade das ações de formação de docentes qualificados; o desenvolvimento de pesquisas para o atendimento das demandas do mercado; o aperfeiçoamento do sistema de avaliação da CAPES; a estabilidade financeira dos Programas de Pós-Graduação.

O III PNPG foi marcado pelo estreitamento da pesquisa e da pós-graduação, como veremos adiante.

4. O período do 3º Plano Nacional de Pós-Graduação (III PNPG) – De 1986 a 1989

Com relação ao III PNPG (1986-1989), Morosini (2009) ressalta que o mesmo resultou do contexto democrático, e que contribuíram para sua consolidação tanto a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia (C&T) quanto a Constituição de 1988:

"O pós 1985 é marcado pelo período democrático e o III PNPG 1986/89, buscou a expansão qualitativa e quantitativa com avaliação interna e externa das universidades; pesquisas voltadas para as necessidades de C&T do país, do sistema educacional e do mercado de trabalho; capacitação dos docentes; e necessidades de vinculação da PG à graduação.

A criação do Ministério de C&T (1985) teve como objetivo adequar a pesquisa de C&T às necessidades socioeconômicas e as condições físicas e ambientais do Brasil; fomentar a geração de conhecimento e técnicas, promovendo sua utilização e difusão no sistema produtivo e na sociedade; iniciar amplo debate para definição de prioridades; e conseguir maiores recursos para a pesquisa.

A Constituição de 1988, em seu Art. 218 afirma que 'O Estado proverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica. A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado...' (MOROSINI, 2009, p. 134). "

Ainda no que se refere ao III PNPG (1986-1989), Kuenzer e Moraes (2005) destacam que a pesquisa e pós-graduação passaram a ter uma relação indissociável nesse PNPG, em virtude de seu estreitamento com a I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (PND), no qual definiu-se que a conquista da autonomia nacional e independência econômica passavam necessariamente pela formação de cientistas altamente qualificados e pelo desenvolvimento da tecnologia, o que tornou-se incumbência das universidades, através da integração da pós-graduação com o sistema nacional de ciência e tecnologia.

Na década de 1990 não houve uma formalização do IV PNPG. No entanto, as políticas públicas educacionais do governo vigente propiciaram a homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o aumento da autonomia universitária.

5. O período do 4º Plano Nacional de Pós-Graduação (IV PNPG) – De 1994 a 2002

Para Zapelini (2002), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a qual veio a reforçar a importância das universidades públicas na produção científica e formação de docentes, aliada à atual tendência da economia de constante capacitação dos profissionais, contribuíram para o aumento da demanda por cursos de pós-graduação, e conseqüente aumento na oferta de cursos e vagas nas instituições de ensino.

Embora não tenha sido formalmente instituído, o IV PNPG (1994 - 2002), que vigorou durante os dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, conduziu as universidades a um processo de autonomia e flexibilização na gestão dos programas de pós-graduação:

“Na prática, os debates em torno da formulação do IV PNPG sugeriram que o mesmo contemplasse dois princípios básicos: autonomia institucional e flexibilização. Isso significava que cada universidade deveria assumir a responsabilidade pela gestão de seu sistema de pós-graduação e propor modelos abertos de acordo com seus objetivos e sua vocação específica. (DOS SANTOS E DE AZEVEDO, 2009, p. 538).”

Santana e Martins (2012) reforçam que embora a formalização do PNPG tenha sido interrompida, no período compreendido entre 1990 e 2005 o Sistema Nacional de Pós-Graduação teve grandes avanços:

“Com a tentativa de extinção da CAPES em 1990, houve interrupção da elaboração do PNPG, tendo sido retomado em 2005. Entretanto, nesse período, vários avanços ocorreram no Sistema Nacional de Pós-Graduação, por indução da CAPES, bem como implantação de novas ações para acelerar a formação de recursos humanos de alto nível, em áreas do conhecimento emergentes e regiões carentes do país (SANTANA E MARTINS, 2012, p. 08).”

Na sequência, veremos que durante o V PNPG ficou evidente a quebra de paradigmas e a implantação de ações na tentativa de diminuir as assimetrias e distorções.

6. O período do 5º Plano Nacional de Pós-Graduação (V PNPG) – De 2005 a 2010

www.conad.adm.br



@conad.adm

REALIZAÇÃO:



Quanto ao V PNPG (2005 - 2010), Sá Barreto e Neto Borges (2009) reforçam que

diante das assimetrias do Sistema Nacional de Pós-Graduação, surgiu a necessidade de novos paradigmas para que o sistema pudesse evoluir:

"...como destacou o Plano Nacional de Pós-Graduação 2005/2010, o Sistema Nacional de Pós-Graduação apresenta enormes assimetrias em seu funcionamento, tanto do ponto de vista regional, intra-regional e entre estados, como também na evolução de áreas disciplinares tradicionais e de novas áreas na fronteira do conhecimento...A proposta tem como base uma forte articulação entre as agências de fomento federais (CAPES, CNPq, FINEP) e destas com as Fundações de Amparo e Secretarias de Ciência e Tecnologia dos governos estaduais e com o setor empresarial (SÁ BARRETO E NETO BORGES, 2009, p. 604)."

Para Hostins (2006), alguns dos pontos marcantes do V PNPG (2005-2010) são: a consolidação dos mestrados profissionais; o fortalecimento da ciência, da tecnologia e da inovação; a flexibilização da pós-graduação para atender aos setores acadêmicos e não

acadêmicos; institucionalização de convênios e parcerias entre universidades visando o intercâmbio de alunos, docentes, pesquisadores e a captação de recursos junto a agências de fomento internacionais.

7. O atual Plano Nacional de Pós-Graduação (VI PNPG) – De 2011 a 2020

Silva (2010) afirma que o VI PNPG, relativo ao período de 2011 a 2020, foi elaborado por uma Comissão Nacional nomeada pela CAPES através de uma portaria de fevereiro de 2010.

De acordo com a CAPES (2011), o atual PNPG (2011-2020):

“... está organizado em cinco eixos: 1 – a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), a primazia da qualidade, a quebra da endogenia e a atenção à redução das assimetrias; 2 – a criação de uma nova agenda nacional de pesquisa e sua associação com a pós-graduação; 3 – o aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros segmentos do sistema de C,T&I; 4 – a multi e a interdisciplinaridade entre as principais características da pós-graduação e importantes temas da pesquisa; 5 – o apoio à educação básica e a outros níveis e modalidades de ensino, especialmente o ensino médio (CAPES, 2011).”

De acordo com dados do MEC (2016), nos 1.925 Programas de Pós-Graduação reconhecidos, há 122.295 alunos matriculados, sendo 44.112 bolsistas. Destes, 23.801 (54%), são financiados pela Capes; 13.166 pelo CNPq; 4.249 pelas fundações de amparo à pesquisa (FAP’s) e 2.896 por outras instituições (MEC, 2016).

Ainda segundo o MEC (2016), o número de cursos de pós-graduação aprovados pela CAPES tem crescido em média 9% ao ano, enquanto a taxa média de crescimento do orçamento das agências federais de fomento tem sido de 2% ao ano, demonstrando assim que tem se tornado cada vez mais difícil para as agências federais de fomento conceder recursos e bolsas capazes de acompanhar o processo de expansão da pós-graduação brasileira.

De acordo com dados da Plataforma Sucupira da CAPES, atualmente, ao todo, são ofertados no Brasil 4.663 Programas de Pós-Graduação (tanto credenciados quanto reconhecidos), distribuídos entre os 26 estados federativos mais o Distrito Federal, conforme Tabela 1:

Tabela 1 - Quantidade de Programas de Pós-Graduação ofertados por cada Estado Federativo Brasileiro

Estado	Total de Programas de Pós-Graduação
--------	-------------------------------------

São Paulo	940
Rio de Janeiro	516
Minas Gerais	477
Rio Grande do Sul	437
Paraná	377
Bahia	208
Santa Catarina	189
Pernambuco	174
Ceará	146
Pará	138
Distrito Federal	128
Goiás	123
Paraíba	115
Rio Grande do Norte	114
Mato Grosso do Sul	80
Espírito Santo	75
Maranhão	67
Mato Grosso	66
Amazonas	65
Sergipe	56
Roraima	45
Alagoas	44
Tocantins	28
Rondônia	17
Roraima	13
Acre	15
Amapá	10
TOTAL	4.663

www.conadadm.br

@conad.adm

REALIZAÇÃO:



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Plataforma Sucupira/CAPES (2020)

A perspectiva é que o crescimento vivenciado até o momento pela pós-graduação continue, uma vez que o PNPG vigente, o qual estabelece as diretrizes para a pós-graduação para esta década, prevê essa continuidade da expansão (NISHIMURA, 2015):

“O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) da CAPES para a década de 2011 a 2020 está pautado na busca pela continuidade da expansão da pós-graduação brasileira, no desenvolvimento de uma agenda de pesquisa para o país, no aprimoramento do processo de avaliação de programas, a ênfase na inter e multidisciplinaridade, além de apoiar os demais níveis de ensino (NISHIMURA, 2015, p. 37).”

8. Considerações finais

A pós-graduação brasileira, desde sua institucionalização formal em 1965, tem se consolidado como referência na formação de profissionais de alto nível, docentes e pesquisadores, nas mais diversas áreas.

Ao longo de décadas, os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG's) foram formulados e executados visando o fomento à pesquisa, ciência e tecnologia; além da implementação de ações na intenção de reduzir as assimetrias regionais no Brasil.

Através de uma pesquisa bibliográfica, foi possível realizar o levantamento dos principais marcos regulatórios da pós-graduação no Brasil, como o Parecer Sucupira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a Constituição de 1988.

Também demonstrou-se o papel fundamental das agências governamentais de fomento (ex: CAPES, CNPq, FINEP), das políticas públicas educacionais e de órgãos públicos (Ministério da Educação, Ministério da Ciência e Tecnologia) para que a pós-graduação se estabelecesse no atual contexto de expansão.

www.conad.adm.br



REALIZAÇÃO:



REFERÊNCIAS:

BALBACHEVSKY, Elizabeth. **A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem sucedida.** Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 1, p. 285-314, 2005. Disponível em <https://www.researchgate.net/profile/Elizabeth_Balbachevsky/publication/237073967_A_pos-graduacao_no_Brasil_novos_desafios_para_uma_politica_bem-sucedida/links/0f31753835b0e7fad0000000.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. CES/MEC - **Parecer nº 977/65**, C. E. Su, aprov. em 3-12-65, 1965. Disponível em <<http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=314#anchor>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plataforma Sucupira: Cursos Recomendados e Reconhecidos – Por Região.** 2020. Disponível em <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.jsf;jsessionid=IpC19tcuSCVdbQWNHKSjYjWE.sucupira-213>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

_____. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG): 2011-2020.** Volume 1. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao>. Acesso em: 29 jul. 2020.

CASTRO, Cláudio de Moura; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Avaliando as avaliações da CAPES.** Revista de Administração de Empresas, v. 23, n. 3, p. 63-73, 1983. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/viewFile/39515/38257>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

COLOMBO, Sonia Simões. **Gestão universitária: os caminhos para a excelência.** Porto Alegre: Penso Editora, 2013. Disponível em <<https://books.google.com/books?isbn=8565848647>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Graduação/pós-graduação: a busca de uma relação virtuosa.** Educação & Sociedade, v. 25, n. 88, p. 777-793, 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a07v2588.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

DANTAS, Flávio. **Responsabilidade social e pós-graduação no Brasil: idéias para (avali) ação.** Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 1, n. 2, 2004. Disponível em <<http://ojs.rbpq.capes.gov.br/index.php/rbpq/article/view/46/43>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

DOS SANTOS, Ana Lúcia Félix; DE AZEVEDO, Janete Maria Lins. **A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico.** Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 42, p. 535, 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n42/v14n42a10>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. **Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira.** Perspectiva, v. 24, n. 11, p. 132-160, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10315>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

KUENZER, Acacia Zeneida; MORAES, Maria Célia Marcondes de. **Temas e tramas na pós-graduação em educação.** Educação & Sociedade, v. 26, n. 93, 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302005000400015&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 jul. 2020.

LEHER, Roberto. **A problemática da universidade: 25 anos após a “crise da dívida”.** Universidade & Sociedade, Brasília, v. 39, p. 9-16, 2007. Disponível em <https://www.andes.org.br/img/midias/0076b6148f5f62c744d59991e5b10fdf_1547841323.pdf#page=3>. Acesso em: 29 jul. 2020.

MARTINS, Carlos Benedito. **Balanco: o papel da CAPES na formação do sistema nacional de pós-graduação.** CAPES, v. 50, p. 294-230, 2003. In: CAPES 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV/Organizadoras: Marieta de Moraes Ferreira & Regina da Luz Moreira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC; Brasília, DF.: CAPES, p. 294-309. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1319_Capes11.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

MEC - Ministério da Educação. **Número de pós-graduandos cresce no Brasil**. 2016. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/180-estudantes-108009469/pos-graduacao-500454045/2583-sp-2021081601>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

MONTEIRO, Luiz Antonio dos Santos. **A percepção de docentes e egressos sobre os componentes e atributos da qualidade nos programas de pós-graduação das engenharias nas universidades federais da região sul do Brasil**. Florianópolis: UFSC, 2004. 198 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87598/202397.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

MOROSINI, Marília Costa. **A pós-graduação no Brasil: formação e desafios**. Revista Argentina de Educación Superior, v. 1, n. 1, p. 125-152, 2009. Disponível em <<http://www.untref.edu.ar/raes/documentos/A%20Pos-graduacao%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

NISHIMURA, Augusto Takerissa. **Avaliação de programas de doutorado em Administração sob a perspectiva dos egressos**. São Paulo: USP, 2015. 227 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-10082015-111824/en.php>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

RAMALHO, Betania Leite; MADEIRA, Vicente de Paulo Carvalho. **A pós-graduação em educação no Norte e Nordeste: desafios, avanços e perspectivas**. Revista Brasileira de Educação, v. 30, p. 1-13, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a06n30>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

SÁ BARRETO, Francisco César; NETO BORGES, Mario. **Novas políticas de apoio à pós-graduação: o caso FAPEMIG-CAPEs**. Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação, v. 17, n. 65, 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362009000400003>. Acesso em: 29 de jul. 2020.

www.conad.adm.br



@conad.adm

REALIZAÇÃO:



SANTANA, Angela; MARTINS, Humberto Falcão. **Gestão estratégica de políticas públicas: A Capes e a política de Formação de Recursos Humanos para o desenvolvimento do país**. 2012. Disponível em <<http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2014-04/gestao-estrategica-de-politicas-publicas-a-capes-e-a-politica.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

SANTOS, Cássio Miranda dos. **Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil**. Educação & sociedade, v. 24, n. 83, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v24n83/a16v2483.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

SILVA, Régis Henrique dos Reis. **A educação especial no âmbito da pós-graduação em educação no Brasil**. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, 33, 2010, Caxambu/MG. Anais...Disponível em <<http://www.33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/P%C3%B4steres%20em%20PDF/GT15-6140--Int.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

ZAPELINI, Wilson Berckembrock. **Um modelo de avaliação de programas de pós-graduação baseado no benchmarking de competências organizacionais: estudo de caso nas engenharias da UFSC**. Florianópolis: UFSC, 2002, 238 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade

Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em
<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/82927>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

ISBN nº 978-65-993495-0-8

850

www.conad.adm.br

  @conad.adm

REALIZAÇÃO:

